

**MULTIDIMENSIONALIDADES DA GEOPOLÍTICA NOS TERRITÓRIOS:
DIMENSÕES HISTÓRICAS E ESCALAS DE AÇÃO.*
(questão geral)**

Natacha Cíntia Regina **ALEIXO**

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Gestão Ambiental**

Nível: Mestrado

As categorias analíticas da Geografia nos ajudam a compreender as formas complexas e contraditórias envolvidas na realidade vivenciada, pelas diferentes ideologias propostas na relação histórica da materialização do modo de produção intrínseco a cotidianidade.

Uma das categorias analíticas da Geografia é o território. Na Geografia Tradicional este é evidenciado a partir das concepções de Ratzel na denominada Geografia e Poder, que trata o território e o espaço com semelhantes analogias de forte cunho ecológico.

Com o surgimento da Geopolítica como disciplina, Kjellen associa a conquista dos territórios, à conquista hegemônica e sucessivamente ao poder.

A partir disso, diversos teóricos como Mackinder e Haushofer conduzem seus estudos para a criação de estratégias de conquista dos territórios através do poder terrestre, ou marítimo como propõe Mahan. Os territórios, ou seja, as conquistas dos territórios, tanto para sua apropriação como para o deslocamento do fluxo comercial era na época essencial aos estados nação na conquista da hegemonia mundial.

Mackinder em sua célebre frase relata que “quem dominar o Heatherland, dominará a Ilha Mundial, quem dominar a Ilha Mundial dominará o Mundo”. Ressalta-se, que a área exemplificada como Heatherland, corresponde a Eurásia e foi considerada pela sua posição estratégica (muralha natural), fluidez comercial e centralidade espacial.

O interesse das potências imperialistas nas conquistas territoriais, também levou ao elevado desenvolvimento de técnicas cartográficas na busca dos marcos físicos e políticos dos estados nacionais.

No entanto, com o passar dos anos ocorreu o aumento do desenvolvimento tecnológico e científico, que influenciou as conquistas e embates de guerra pela criação de novos suprimentos, como as armas bélicas, a aviação, as armas químicas, que foram utilizadas na primeira e segunda guerra mundial. A partir disso, a arte da guerra não mais se limitava ao exercício do poder marítimo ou terrestre.

A tecnologia possibilitou o ataque a distância, o poder torna-se divisível, configurando uma geopolítica de equilíbrio de poder e, inclui novas variáveis como a população, o comércio e a ideologia, que se configuram como bases da Guerra Fria.

Nos anos 80 com o embate de duas forças opostas, a do capitalismo e do socialismo tem-se a denominada mundialização do capital, pela perda de poder do socialismo e o avanço e intensificação do capitalismo no mundo.

Eliseu Spósito (2004) diferencia o processo de mundialização de globalização, o primeiro é intrínseco a expansão das relações capitalistas impostas nos territórios nacionais e se interligam com o sistema mundial, como por exemplo, na bolsa de valores. Já a globalização representa a homogeneização de usos e costumes, como a pasteurização do consumo, por exemplo, relacionada principalmente a difusão de informações e ideologias pelas telecomunicações.

* Texto elaborado para a prova de Conhecimentos Gerais do processo seletivo do programa de pós-graduação da FCT/UNESP - Presidente Prudente.

** Contato: natachaaleixo@yahoo.com.br

Estes processos começam a ocorrer na década de 60 e 70, mas intensificam-se devido ao aumento do desenvolvimento tecnológico.

Assim, as relações de poder nos territórios passam a ser comandadas pelas grandes corporações capitalistas que visam o domínio de áreas dotadas de fluidez, informação, ciência e tecnologia, inseridas no chamado meio técnico-científico-informacional. O valor econômico e estratégico de um território é considerado pela sua velocidade de participação nas redes de informação.

Neste sentido, a circulação, por exemplo, torna-se um território dominado por agentes que conseguem ter acesso rápido à circulação de mercadorias para transformá-la em dinheiro, acesso a informatização e a produção científica e tecnológica.

Ao mesmo tempo na pós-modernidade, observa-se o processo de fragmentação do território, aliado tanto as condições de vivência individuais, como aos processos de desterritorialização e multiterritorialidade.

Os diferentes territórios, como o do tráfico, emergem na sociedade provocando reações de violência e pânico social, bem como a insegurança ligada a problemática convivência com diferentes segmentos sociais, diagnosticando o perigo no outro, personificado de negro, aidético, favelado, identificando bodes expiatórios para os problemas sociais, de acordo com Chauí citado por Eda Góes (2006).

Deste modo, o território demonstra um aporte cultural que é um dos três aspectos deste conceito segundo Haesbert (2004), pois a cultura é uma materialização do pertencimento dos indivíduos aos lugares.

O território também possui aspectos econômicos, relativo aos interesses das grandes corporações e sua área de atuação espacial e aspectos políticos, delimitado pelos espaços com relações de poder. Este último relaciona o território como espaço de poder político nacional, principalmente relacionado à emergência dos blocos nacionais como a União Européia, Nafta, em contraposição as tensões entre o local, regional e global, presentes na atualidade.

Cabe lembrar que a guerra dos EUA contra o Iraque, foi apoiada pela população norte-americana devido ao que Harvey (2004), denominou de dialética interior-exterior, ou seja, o inflexível individualismo competitivo da sociedade, que tornam aceitáveis as ações militares abertas e unilaterais para a obtenção da hegemonia, com o exercício do poder político em três planos: pela liderança e consentimento, domínio via coerção e pela combinação de coerção e consentimento.

De acordo com Harvey (2004), a hegemonia norte-americana é exercida tanto por meio da dominação e coerção, quanto pelo consentimento e cooperação, “se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, o país teria deixado de ser hegemônico”. Neste exemplo, verifica-se que as dimensões econômicas, políticas e culturais estão intrinsecamente relacionadas à conquista do território.

Segundo Berta Becker (1995), a nova feição da Geopolítica atual é o desenvolvimento sustentável, que a partir do movimento ambientalista na década de 70, até o relatório de Brutland na década de 80, emergiu com a demarcação dos territórios para conciliar os interesses econômicos e a oferta de recursos naturais.

Um dos exemplos pode ser verificado na legislação brasileira sobre Unidades de Conservação (SNUC), que são delimitadas e tem sua entrada e saída controladas pelo estado, bem como seu uso restrito no caso das estações ecológicas apenas para pesquisas científicas, muitas vezes marginalizando as populações locais que conhecem a área através da sua vivência no lugar, transformado agora em território.

Contudo, a desterritorialização não atinge apenas as classes sociais marginalizadas, mas também os indivíduos que aderem à flexibilidade do processo de globalização atual, ou seja, são desterritorializados não apenas na dimensão territorial, mas também cultural.

Assim, evidencia-se que atualmente o território possui múltiplas dimensões de análises, que devem ser vinculadas também às outras categorias analíticas da Geografia, no intuito, de compreender a totalidade perversa implícita nos conflitos, tensões e nas relações de poder, inerente

ao modo de produção capitalista dentro do espaço, em uma relação dialética de dominantes e dominados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GOES, E. M. Questões abertas a partir do I Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano. In: Eliseu Saverio Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v., p. 365-375.
- GOES, E. M. Relações entre violência, produção da cidade e conjuntura política: perspectivas de análise com base nas representações sociais e na vida cotidiana. In: Eliseu Savério Spósito. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: A construção de uma temática**. 1 ed. Presidente Prudente - SP: UNESP, 2005, v., p. 163-180.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY. D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- SPOSITO, E.S. **Geografia e Filosofia: a contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

A GESTÃO DO RISCO NO AMBIENTE URBANO*

(questão específica)

Natacha Cíntia Regina ALEIXO**

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Gestão Ambiental

Nível: Mestrado

A relação sociedade natureza sempre esteve presente no debate geográfico, desde a sistematização da Geografia como ciência, as discussões sobre o arcabouço teórico e metodológico permeiam esta relação. Neste sentido, a oposição possibilismo versus determinismo tem em Vidal de La Blache e Ratzel suas maiores expressões, pois se discutia se a natureza influenciava o comportamento do homem, ou se as múltiplas possibilidades diante da vida faziam com que este condicionasse seus percursos.

Atualmente Nunes e Suertegaray nos colocam a seguinte questão: é ainda necessário separar o que é sociedade do que é natureza?

Já que com a análise denominada ambiental, estas variáveis estão integradas e dialeticamente conectadas.

A partir da Revolução Industrial, a apropriação inadequada do espaço urbano repercute na formação de vulnerabilidades socioambientais devido à materialização do modo de produção capitalista, criando espaços desiguais de moradia, habitat, saneamento básico e impactando diretamente na saúde dos indivíduos predispostos a ocorrência de desastres naturais devido à vulnerabilidade que estão expostos em uma sociedade de riscos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) não existe o risco zero, mas diferenças na susceptibilidade da exposição dos indivíduos decorrente das condições ambientais, sociais, culturais e econômicas para enfrentar os desastres naturais. Toda atividade humana tem um risco associado, pode-se reduzir o risco evitando determinadas atividades, porém não se pode eliminá-lo por completo.

No Brasil um dos principais causadores desses desastres são as inundações, que afligem principalmente a Região Sudeste brasileira no período da primavera e verão, devido à atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul e dos sistemas tropicais e equatoriais que aliados a impermeabilização nas cidades, a ocupação de áreas de preservação permanente e o aumento de resíduos lançados nos mananciais contribuem para que os impactos ambientais tornem-se mais intensos e frequentes.

Ab'Saber (2003), no estudo dos domínios morfoclimáticos brasileiros, relaciona as condições morfogenéticas e morfodinâmicas conjunta ao ambiente climático e, descreve que o domínio dos mares de morros é o que apresenta a maior intensidade e frequência de movimentos coletivos e processos erosivos, é domínio extremamente complexo pela atuação do tempo natural e antrópico reproduzindo na paisagem duas forças opostas e interferentes a do homem e da natureza.

Por isso, nesta paisagem torna-se necessária a compreensão das condições de resiliência, a partir da análise integrada e multidimensional das variáveis políticas, econômicas, naturais e sociais, no intuito de se estabelecer os meios e os processos que criam as condições de vulnerabilidade socioambiental á população que tem nesta área seu habitat e habitar ocasionando feedbacks múltiplos e complexos.

Um exemplo de vulnerabilidade social aumentando a produção de riscos no espaço urbano ocorre na cidade de Ribeirão Preto-SP, que desde o início de sua urbanização convive com

* Texto elaborado para a prova de Conhecimentos Gerais do processo seletivo do programa de pós-graduação da FCT/UNESP - Presidente Prudente.

** Contato: natachaaleixo@yahoo.com.br

episódios de inundações todos os anos, provocando perdas econômicas no comércio local, problemas de saúde pública pela proliferação de enfermidades de veiculação hídrica, principalmente nos espaços mais segregados sócioespacialmente. Na maioria das vezes, habitado por parte da população excluída do mercado imobiliário local, composto por moradias precárias que se localizam nas margens dos córregos e utilizam o recurso hídrico para suas necessidades.

Neste sentido, o enfrentamento dos riscos deve advir não apenas da análise integrada das variáveis naturais ou pela análise das denominadas “disrtmias meteóricas” (Monteiro, 2003), mas também do processo de produção espacial em uma análise temporo-espacial. No intuito de diagnosticar os diferentes espaços de vulnerabilidades e dimensioná-los em um planejamento urbano que não fique restrito ao caráter ideológico como descreve Villaça (2004), mas em que os problemas socioambientais sejam diagnosticados em conjunto com a participação popular, principalmente a maior parte que é a que enfrenta os mais altos riscos.

Além disso, deve-se fazer dos estudos geográficos um instrumento necessário para desvendar as máscaras sociais no espaço, que é utilizado, vivido, sonhado, caminha e faz a vida caminhar, pela reprodução social. Ora, é necessário fazer como afirma Rui Moreira (1985), uma Geografia para os homens e não para o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil - potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MONTEIRO, C. A. de F.; MENDONÇA, Francisco. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia**. Editora Brasiliense, 1985.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Revista Terra Livre**, nº 17, 2º semestre/2001. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- VILLAÇA, F. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.